

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1018070-77.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Obrigações**  
 Requerente: **Brasred Produtos e Serviços Ltda - Me**  
 Requerido: **Pag Seguro Internet Ltda**

BRASRED PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - ME ajuizou ação contra PAG SEGURO INTERNET LTDA, pedindo a condenação da ré ao pagamento da quantia de R\$ 2.772,60, correspondente ao valor da venda de uma impressora realizada em sua página eletrônica, o qual não liberado na sua conta. Alegou, para tanto, que após proceder à entrega do produto ao comprador e solicitar a liberação da quantia à ré, esta informou que o valor havia sido devolvido ao consumidor haja vista a alegação deste de que o produto não fora recebido.

Citada, a ré contestou o pedido, declarando que o saldo foi bloqueado em razão da contestação feita pelo cliente diretamente a administradora do cartão de crédito, não cabendo a ela a responsabilidade por eventual dano sofrido pela autora. Além disso, informou que a transação foi efetuada pessoalmente entre as partes, através do dispositivo *mobile*, fato que possibilita o bloqueio de valores a qualquer momento em virtude de reclamação do consumidor ou em caso de suspeita de fraude, não incidindo, nesses casos, as regras de disputa e garantias ao vendedor.

Manifestou-se a autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A autora não é consumidora em relação à ré, sendo ambas parceiras no segmento empresarial. Não se aplica o Código de Defesa do Consumidor em suas relações.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Trata-se de contrato de prestação de serviço de gestão de pagamento disponibilizado pela ré para compra e venda realizada no âmbito eletrônico. Verifica-se que a ré tem a incumbência de guarda provisória das quantias pagas por compradores até que recebam os produtos adquiridos, oportunidade em que libera o pagamento em favor do vendedor. Observa-se, então, que a gestão de pagamento realizada gera segurança não apenas ao comprador, mas também ao vendedor, que tem a certeza que receberá o valor de forma segura após a efetiva entrega do bem.

No caso em tela, a impressora Epson modelo L – 1300, adquirida por Rodrigo Machado Ferreira, foi efetivamente entregue no endereço declinado (fls. 60/61), fato não foi infirmado pela ré, pois apenas apontou que o bloqueio da quantia se deu em razão da contestação feita pelo comprador.

Nesse sentido, se a transação foi aceita pela gestora do pagamento, a qual constatou o pagamento pelo produto adquirido, e tendo o bem sido entregue no endereço declinado ao comprador, era imprescindível a liberação da quantia em favor da autora. Aliás, tal ilação poderia não ocorrer se houvesse reclamação do consumidor ou suspeita de fraude, o que, entretanto, não foi comprovado pela ré.

De outro lado, descabe falar que a venda ocorreu de forma presencial, haja vista que o próprio documento apresentado pela ré (fls. 85) demonstra que a venda foi efetuada em ambiente eletrônico. Ademais, a utilização do dispositivo *mobile* não tem o condão de afastar a obrigação da ré em transferir ao vendedor a quantia correspondente ao produto negociado.

Incumbe repassar para a autora o preço da venda autorizada, cobrando do cliente o respectivo montante.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno a ré a pagar para a autora a quantia de R\$ 2.772,60, com correção monetária e juros moratório, estes contados desde a citação.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

P.R.I.C.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

São Carlos, 08 de janeiro de 2016.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**